

Superior Tribunal de Justiça

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.023.745 - SP
(2016/0301337-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : LUNDBECK BRASIL LTDA
REQUERENTE : H LUNDBECK A/S
ADVOGADOS : EDUARDO TELLES PIRES HALLAK E OUTRO(S) -
RJ136557
JULIANA BASTOS NEVES - RJ170053
REQUERIDO : AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
REQUERIDO : TORRENT DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : JAQUES LABRUNIE E OUTRO(S) - SP112649A
JOÃO VIEIRA DA CUNHA E OUTRO(S) - SP183403

DESPACHO

H Lundbeck S.A. e Lundbeck Brasil LTDA., na petição de fls. 1.899/1.916 (Protocolo 432597/2017), alertam para a perda superveniente do objeto do agravo interposto por Torrent do Brasil LTDA., uma vez que a agravante providenciou o pagamento integral da multa fixada a título de *astreintes*.

Sustenta que, "Ao realizar o pagamento de forma voluntária, a Torrent reconheceu que a multa é devida. A discussão sobre a razoabilidade do valor pode até ser mantida. Entretanto, não há mais dúvidas sobre o seu cabimento, que se tornou fato incontroverso" (fl. 1.901).

Intimadas, as agravantes manifestaram o interesse no prosseguimento dos agravos (fls. 1.928/1.954 e 1.956/1.957).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Do exame atento dos autos, nota-se que o recurso especial interposto pela Torrent do Brasil LTDA está fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, e traz a indicação de ofensa aos arts. 131, 302 e 535, II, do CPC/73, além de dissídio jurisprudencial, ao argumento de que: (I) o aresto integrativo deve ser anulado, pois não sanou omissão indicada em embargos de declaração; e (II) deve ser considerada como prova o ofício exarado pela Marinha do Brasil, que traz a informação de que a recorrente não forneceu medicamentos durante o período de vigência da liminar. Traz, ainda, julgados para demonstrar a tese de que a revogação da liminar produz efeitos *ex tunc*,

Superior Tribunal de Justiça

motivo pelo qual não subsiste a multa imposta.

Nesse contexto, e levando em consideração que o depósito feito pelo laboratório agravante foi realizado nos autos da liquidação de sentença a fim de evitar a incidência das penas previstas no art. 523, § 1º, do CPC/2015, tenho que remanesce o interesse recursal, sobretudo, porque há decisão judicial, proferida em 16/5/2017, determinando que a Torrent do Brasil Ltda. "efetue o pagamento de diferença do valor reconhecido na presente decisão com o já depositado nos autos" (fl. 1.911).

ANTE O EXPOSTO, indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator